

**Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte**Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora – SPMD  
Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico – NADETelefones (65) 3313-6914 | (65) 3313-6965  
E-mail: nucleoambiental@al.mt.gov.brDEPUTADO VALMIR MORETTO  
Presidente  
DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE  
Vice Presidente  
DEPUTADO JOÃO BATISTA  
Membro Titular  
DEPUTADO ULYSSES MORAES  
Membro Titular  
DEPUTADO XUXU DAL MOLIN  
Membro Titular**Parecer nº 034/2020-CIUT – O. S. nº 00123/2020.****Protocolo nº 1890/2020 – Processo nº 415/2020 – 27/03/2020**

Referente ao **Projeto de Lei (PL) nº 234/2020** que “Dispõe sobre a isenção de pedágio aos profissionais de aéreas essenciais, enquanto durar o plano de contingenciamento do novo Coronavírus COVID-19, no âmbito do Estado de Mato Grosso.”.

**Autor:** Deputado Estadual WILSON SANTOS**Relator:** Deputado Estadual Valmir Moretto**I - Relatório**

Submete-se a esta Comissão, o Projeto de Lei nº 234/2020, de autoria do Deputado Wilson Santos, conforme ementa supracitada.

A iniciativa em epígrafe foi lida na 5ª Sessão Extraordinária da segunda Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, após ter sido recebida e registrada pela Secretaria de Serviços Legislativos no dia 27/03/2020, foi colocada em pauta no dia 01/04/2020.

A referida propositura visa isentar da cobrança de pedágio, os veículos utilizados por profissionais da área da saúde, segurança pública, os caminhoneiros, os profissionais cuidadores de pessoas com deficiência, com doenças raras e idosos, bem como os veículos utilizados por profissionais da aérea da saúde animal, no âmbito do Estado de Mato Grosso, durante o período em que perdurar o estado de emergência ou calamidade pública na saúde pública, em decorrência da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, vetor da COVID-19.

O autor apresentou em sua justificativa que:

*Na contramão do que é a orientação à população em geral, os profissionais em epígrafe se mantém na linha de frente do enfrentamento à crise.*





**Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte**Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora – SPMD  
Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico – NADETelefones (65) 3313-6914 | (65) 3313-6965  
E-mail: nucleoambiental@al.mt.gov.brDEPUTADO VALMIR MORETTO  
Presidente  
DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE  
Vice Presidente  
DEPUTADO JOÃO BATISTA  
Membro Titular  
DEPUTADO ULYSSES MORAES  
Membro Titular  
DEPUTADO XUXU DAL MOLIN  
Membro Titular

*Assim, devemos não só reconhecer o trabalho por eles realizado, mas também zelar pela saúde, evitando que se exponham a aglomerações nos transportes públicos, sem que isto acarrete em despesas extras e onerem o seu orçamento.*

*A extensão do benefício aos cuidadores de idosos segue a mesma linha de precaução àqueles que estão na maior faixa de risco do contágio pelo coronavírus, merecendo ainda mais zelo e cuidado por parte dos entes públicos.*

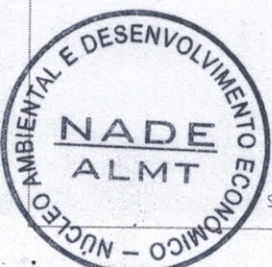
Na data de 26/05/2020 recebeu o apensamento do Projeto de lei nº274/2020 de autoria do Dep. Elizeu Nascimento, que tem como ementa:

*Isenta de cobrança de pedágio nas rodovias estaduais os veículos de propriedade de servidores e profissionais das áreas da saúde, da segurança pública e do sistema prisional, durante o período de surto de coronavírus – Covid-19.*

O Projeto foi remetido à Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora e, desta para o Núcleo Econômico, que o distribuiu para apreciação pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária. O Relator Dep. Romaldo Júnior se manifestou pela aprovação do Projeto de lei nº234/2020 de autoria do Dep. Wilson Santos, e pela rejeição do Projeto de lei nº 274/2020 de autoria do Dep. Elizeu Nascimento. O parecer foi aprovado pelos membros em reunião realizada em 22/06/2020.

Em cumprimento do trâmite regular, foi encaminhado ao Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico distribuiu o Projeto de Lei em tela para Comissão de Infraestrutura Urbana e Transporte para a emissão de parecer quanto ao mérito da iniciativa.

É o relatório.







## Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora – SPMD  
Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico – NADE

Telefones (65) 3313-6914 | (65) 3313-6965  
E-mail: nucleoambiental@al.mt.gov.br

DEPUTADO VALMIR MORETTO  
Presidente  
DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE  
Vice Presidente  
DEPUTADO JOÃO BATISTA  
Membro Titular  
DEPUTADO ULYSSES MORAES  
Membro Titular  
DEPUTADO XUXU DAL MOLIN  
Membro Titular

## II – Análise

As proposições para as quais o Regimento exija parecer, em nenhuma hipótese, serão submetidas à discussão e votação do Plenário, sem o parecer das comissões que as devam apreciar (art. 356 – parágrafo único – Regimento Interno).

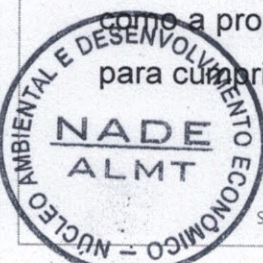
Compete a esta Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte, manifestar-se quanto ao mérito de todas as proposições oferecidas à deliberação da Casa em assuntos e temas contidos no Art. 369, inciso XIII, alíneas “a” a “j” do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

No que diz respeito à tramitação e abordagem do tema, o Regimento Interno prevê dois casos: no primeiro, verifica-se a existência de lei que trate especificamente do tema abordado, no segundo, a existência de projetos semelhantes tramitando, se houver, a propositura deve ser apensada.

Segundo pesquisas realizadas na intranet da Assembleia Legislativa de Mato Grosso sobre o assunto, foi encontrada uma propositura semelhante ao tema, trata-se do Projeto de lei nº 274/2020, já apenso, o que significa a inexistência de obstáculo regimental ao prosseguimento da proposta de lei, desse modo tal propositura preenche os requisitos necessários para análise de mérito por parte desta Comissão.

Acompanhando dispositivo do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessário a análise comparativa dos Projetos de Lei nº 234/2020 e nº 274/2020 para escolha da melhor para a sociedade.

Em avaliação de abrangência social, as duas proposições são semelhantes, pois pretendem isentar da tarifa de pedágio, os veículos conduzidos pelos servidores públicos das áreas da saúde e segurança pública, exceto o PL nº 234/ 2020 que estende o referido benefício aos profissionais caminhoneiros, aos profissionais cuidadores de pessoas com deficiência, com doenças raras e idosos, bem como aos profissionais da área de saúde animal. Logo, em termos de benefício social, reconhecimento dos serviços profissionais essenciais ao enfrentamento e combate aos efeitos socioeconômicos, bem como a propagação do novo coronavírus, o Projeto de Lei nº 234/ 2020 é o mais coerente para cumprir tais objetivos.







## Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora – SPMD  
Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico – NADE

Telefones (65) 3313-6914 | (65) 3313-6965  
E-mail: nucleoambiental@al.mt.gov.br

DEPUTADO VALMIR MORETTO  
Presidente  
DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE  
Vice-Presidente  
DEPUTADO JOÃO BATISTA  
Membro Titular  
DEPUTADO ULYSSES MORAES  
Membro Titular  
DEPUTADO XUXU DAL MOLIN  
Membro Titular

No exame do texto, o projeto de visa conceder gratuidade pedágio aos profissionais que atuam em áreas essenciais na contenção da pandemia do coronavírus (COVID-19). Esta medida visa diminuir os vetores de contágio da doença. Os pedágios são em regra Contratos de Concessão e Permissão de exploração firmados entre a administração pública e a iniciativa privada.

Ao observarmos os Contratos de Concessão e Permissão de Pedágios Rodoviários, veremos que é de rotina que os Concedentes e Concessionários firmem o acordo de vontades regidos pelo artigo 175 da Constituição Federal<sup>1</sup>, arts. 130 e 131 da Constituição Estadual<sup>2</sup>, as normas contidas na Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995<sup>3</sup>, na Lei Estadual nº 8.264 de 28 de dezembro de 2004<sup>4</sup>, Lei Estadual 8.620 de 28 de dezembro de 2006<sup>5</sup>, pelas disposições aplicáveis da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993<sup>6</sup>, além do edital de licitação, proposta vencedora e os termos contratuais.

Todo este arcabouço legal sugere a supremacia do interesse público sobre o particular e, conseqüente supremacia jurídica que a Administração, na posição de Concedente, passa a ter quanto ao Concessionário na condição de Administrado.

Nesse contexto, a supremacia jurídica que a Administração Pública possui decorre de o Estado ser o agente responsável pela satisfação das necessidades concretas e específicas da coletividade. Assim, o interesse público se coloca como legitimador da atuação estatal, pois as atividades administrativas devem ocorrer em prol da satisfação dos interesses da coletividade e, para tanto, o sistema jurídico assegura uma diferenciação

<sup>1</sup> “Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre: I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão; II - os direitos dos usuários; III - política tarifária; IV - a obrigação de manter serviço adequado.”

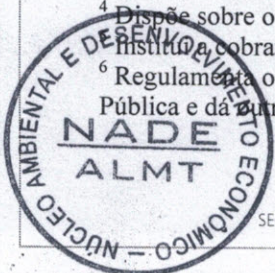
<sup>2</sup> “Art. 130 As empresas concessionárias de serviços públicos sujeitam-se ao permanente controle e fiscalização do Poder Público e da coletividade, cumprindo-lhes manter adequada execução do serviço e a plena satisfação dos direitos dos usuários.

Art. 131 A autorização, permissão ou concessão para a prestação de serviços públicos, sempre mediante licitação, será regulada por lei...”

<sup>3</sup> Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

<sup>4</sup> Dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços e obras públicas no âmbito do setor rodoviário. Institui a cobrança de pedágio nas rodovias estaduais e dá outras providências.

<sup>6</sup> Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.







## Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora – SPMD  
Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico – NADE

Telefones (65) 3313-6914 | (65) 3313-6965  
E-mail: nucleoambiental@al.mt.gov.br

DEPUTADO VALMIR MORETTO  
Presidente  
DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE  
Vice-Presidente  
DEPUTADO JOÃO BATISTA  
Membro Titular  
DEPUTADO ULYSSES MORAES  
Membro Titular  
DEPUTADO XUXU DAL MOLIN  
Membro Titular

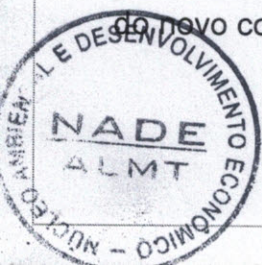
do ente público em relação ao particular como forma de garantir a implementação das medidas administrativas necessárias para a efetivação dos interesses da coletividade.

No entanto, estes contratos são, em regra, protegidos pelo princípio do equilíbrio econômico-financeiro, que indica a relação de encargos e retribuições das partes em um contrato administrativo. Esse equilíbrio é tutelado pela Constituição Federal. O art. n°. 37, inciso XXI, da CF, estabelece que o administrado tenha direito à manutenção "das condições efetivas da proposta". Isso significa que, se forem alteradas as condições concretas desde a elaboração da proposta, o contrato deve ser reequilibrado. Trata-se de um direito derivado da Constituição.

Nada obstante, seguindo o entendimento do nobre Relator desta proposta quando do exame na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária - CFAEO/ALMT, tal iniciativa converge com outras medidas que buscam alterar a legislação fiscal e estadual no sentido de evitar a proliferação do novo coronavírus. A própria Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 65, flexibiliza os rigores fiscais, tais como cumprimento das metas fiscais, limite para despesas empenhadas, endividamento, quando houver a decretação de estado de calamidade pública pelos entes subnacionais, ou seja, pela União, Estados e Municípios.

Logo, pelo princípio da simetria, numa situação de calamidade pública como ocorre atualmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal, afastou a necessidade de buscar o equilíbrio econômico e financeiro estabelecido ao longo dos artigos da referida Lei, bem como afasta temporariamente a necessidade de adequação orçamentária e financeira da propositura em tela.

Alia-se a esta conjuntura a importância do projeto que é analisado. A presente propositura evidencia a prevalência do interesse da coletividade, onde a isenção de pedágio pretendida aos servidores públicos das áreas de saúde, segurança pública e demais profissionais têm um acentuado apelo social neste momento de pandemia na área da saúde pública. Destaca-se que o eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão será pontual e passageiro, ou seja, enquanto perdurar a pandemia do novo coronavírus.







## Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora – SPMD  
Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico – NADE

Telefones (65) 3313-6914 | (65) 3313-6965  
E-mail: nucleoambiental@al.mt.gov.br

DEPUTADO VALMIR MORETTO  
Presidente  
DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE  
Vice Presidente  
DEPUTADO JOÃO BATISTA  
Membro Titular  
DEPUTADO ULYSSES MORAES  
Membro Titular  
DEPUTADO XUXU DAL MOLIN  
Membro Titular

Este momento *sui generis* por ocasião do Novo Coronavírus, a pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias<sup>7</sup>, e exige que o Parlamento tome medidas excepcionais que visem o enfrentamento da doença de maneira a dirimir os impactos causados aos cidadãos e as possibilidades de espalhamento e contágio.

Desta análise, face ao atendimento da forma e do mérito, examinados os critérios previstos no Regimento Interno desta Casa de Leis, opina-se pela **aprovação** do projeto de lei em pauta.

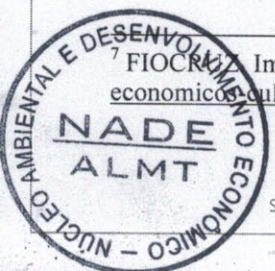
É o parecer.

### III – Voto do Relator

Referente ao Projeto de Lei (PL) nº 234/2020 que “Dispõe sobre a isenção de pedágio aos profissionais de aéreas essenciais, enquanto durar o plano de contingenciamento do novo Coronavírus COVID-19, no âmbito do Estado de Mato Grosso.” De autoria do Deputado Estadual WILSON SANTOS.

Desta análise conclui-se que a presente propositura tem maior abrangência social que seu apenso, e evidencia a prevalência do interesse da coletividade, onde a isenção de pedágio pretendida aos servidores públicos das áreas de saúde, segurança pública e demais profissionais têm um acentuado apelo social neste momento de pandemia na área da saúde pública. Destaca-se que o eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão será pontual e passageiro, ou seja, enquanto perdurar a pandemia do novo coronavírus, momento este que exige do Parlamento medidas excepcionais em prol da população.

<sup>7</sup> FIOCRUZ. Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>







## Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora – SPMD  
Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico – NADE

Telefones (65) 3313-6914 | (65) 3313-6965  
E-mail: nucleoambiental@al.mt.gov.br

DEPUTADO VALMIR MORETTO

Presidente

DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE

Vice-Presidente

DEPUTADO JOÃO BATISTA

Membro Titular

DEPUTADO ULYSSES MORAES

Membro Titular

DEPUTADO XUXU DAL MOLIN

Membro Titular

Logo, face ao atendimento da forma e do mérito, examinados os critérios previstos no Regimento Interno desta Casa de Leis, opina-se pela **aprovação do Projeto de lei nº 234/2020** e pela rejeição do Projeto de lei nº 274/2020 apenso.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 2020.







## Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora – SPMD  
Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico – NADE

Telefones (65) 3313-6914 | (65) 3313-6965  
E-mail: nucleoambiental@al.mt.gov.br

DEPUTADO VALMIR MORETTO

Presidente

DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE

Vice-Presidente

DEPUTADO JOÃO BATISTA

Membro Titular

DEPUTADO ULYSSES MORAES

Membro Titular

DEPUTADO XUXU DAL MOLIN

Membro Titular

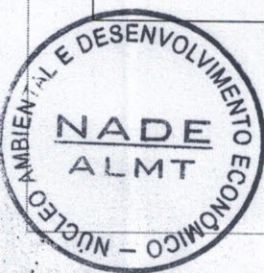
### IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei nº 234/2020 Parecer nº: 034/2020
Reunião da Comissão em <u>30 / 9 / 2020</u>
Presidente: Deputado VALMIR MORETTO
Relator: <u>Dep. Valmir Moretto</u>

#### Voto Relator

Pelas razões expostas, quanto ao mérito, voto pela **aprovação** do **Projeto de lei nº 234/2020** de autoria do Deputado Wilson Santos e pela **rejeição** do **Projeto de lei nº 274/2020** apenso de autoria do Deputado Elizeu Nascimento, visto a presente proposição tem maior abrangência social que seu apenso, e evidencia a prevalência do interesse da coletividade, onde a isenção de pedágio pretendida aos servidores públicos das áreas de saúde, segurança pública e demais profissionais têm um acentuado apelo social neste momento de pandemia na área da saúde pública. Destaca-se que o eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão será pontual e passageiro, ou seja, enquanto perdurar a pandemia do novo coronavírus, momento este que exige do Parlamento medidas excepcionais em prol da população.

Posição na Comissão	Identificação do(a) Deputado(o)
Relator	
<b>Membros Titulares</b>	
DEPUTADO VALMIR MORETTO	<u>Valmir Li Moretto</u>
DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE	
DEPUTADA JOÃO BATISTA	
DEPUTADO ULYSSES MORAES	
DEPUTADO XUXU DAL MOLIN	
<b>Membros Suplentes</b>	
DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO	
DEPUTADO PAULO ARAÚJO	
DEPUTADO ROMOALDO JÚNIOR	
DEPUTADO SILVIO FAVERO	
DEPUTADO VALDIR BARRANCO	





## FOLHA DE VOTAÇÃO – SISTEMA DE DELIBERAÇÃO REMOTA

REUNIÃO: 2ª Reunião Extraordinária  
DATA/HORÁRIO: 10/09/2020 (quinta-feira) às 16 h  
VOTAÇÃO: Deliberação Remota na Sala 202  
PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI N.º 234/2020  
AUTOR: Dep. Wilson Santos  
RELATOR: Dep. Valmir Moretto

### VOTAÇÃO

MEMBROS TITULARES	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Valmir Moretto – Presidente	X			
Sebastião Rezende – Vice Presidente				X
João Batista	X			
Ulysses Moraes				X
Xuxu Dal Molin	X			

MEMBROS SUPLENTES	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Dilmar Dal Bosco				
Paulo Araújo				
Romoaldo Júnior				
Silvio Fávero				
Valdir Barranco				

SOMA TOTAL	03			02
------------	----	--	--	----

### RESULTADO FINAL

**APROVADO** o PROJETO DE LEI N.º 234/2020, de autoria do Dep. Wilson Santos com 03 (três) votos favoráveis e **rejeitado** o Projeto de Lei n.º 274/2020, em apenso.

Certifico que o Dep. Xuxu Dal Molin e o Dep. João Batista, membros titulares, votaram através do Sistema Eletrônico de Deliberação Remota (videoconferência). O Dep. Valmir Moretto, - Presidente da Comissão, deliberou presencialmente.

WÉLYDA CRISTINA DE CARVALHO  
Consultora Legislativa